



RUÍNAS DO FORTIM DOS EMBOABAS: entremeando memória, ambiência e preservação em São João del-Rei (MG)

DIAS, Diego N. (1); SOUZA, Alisson S. (2)

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura
Avenida Pedro Calmon, 550 - Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ
diegofletcher@hotmail.com

2. Universidade Federal de São João del-Rei. Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Artes
Aplicadas
Avenida Visconde do Rio Preto, S/N - Colônia do Bengo, São João del-Rei - MG
alisson.silveira.souza@gmail.com

RESUMO

O estudo da paisagem discute sua formação por meio dos elementos culturais e naturais em todos os seus aspectos, enquanto o estudo do edifício é compreendido por meio da sua materialidade e contexto urbano. As teorias da restauração são de suma importância para o desenvolvimento de uma metodologia específica de análise em obras de intervenção ou restauro em bens de interesse cultural. Partindo do entendimento das etapas de intervenção em um bem patrimonial arruinado, este artigo busca analisar questões que envolvam paisagem, monumento, ambiência e técnica em todas as suas especificidades. Toma como estudo de caso um conjunto de ruínas localizadas no centro histórico de São João del-Rei (MG), a partir da abordagem de seu histórico, enfatizando as transformações sofridas ao longo do tempo, até sua conformação atual. O objeto em questão insere-se em um complexo de construções caracterizadas como fortificações da Guerra dos Emboabas, dentro do perímetro de entorno de tombamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O interesse pelo estudo dessas ruínas nasce da preocupação com a conservação da memória que se faz necessárias e consolida em proposta de intervenção apresentada com base nas teorias do restauro. Em São João del-Rei, os monumentos arruinados não tem sua preservação assegurada, em parte pela ausência de diretrizes voltadas para esses bens, assim como por atitudes da própria população que, na maioria das vezes, não entende a importância da proteção de seu próprio patrimônio. Pretende-se, aqui, despertar o potencial do ambiente analisado como um espaço de lazer, entretenimento e cultura para moradores, através de proposta projetual, contribuindo para a valorização da história da cidade e da paisagem urbana.

Palavras-chave: Ruínas; Fortim dos Emboabas; Preservação; São João del-Rei; Patrimônio.

Introdução

Quando se levantam caminhos norteadores para uma possível intervenção em um bem patrimonial, é essencial a análise das etapas de projeto sempre vinculadas aos elementos paisagem, monumento, ambiência e técnica, e todas especificidades pertinentes a cada um. O estudo da paisagem discute sua formação por meio dos elementos culturais e naturais em todos os seus aspectos, privilegiando aqueles em detrimento destes. Já o estudo do edifício é compreendido através de toda a sua materialidade e contexto urbano. Para isso, as teorias da restauração são de suma importância no desenvolvimento de uma metodologia específica de intervenção. No projeto aqui apresentado, fruto das disciplinas Teoria do Restauro e Preservação de Bens Culturais, do curso de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil), e Intervenções no Patrimônio, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei (Brasil), buscou-se treinar a percepção visual, de forma a reconhecer especificamente o ambiente estudado, utilizando o desenho como instrumento de investigação e exercício de análise crítica.

A partir de toda a análise teórica e discussão dos processos de produção de arquitetura na atualidade foi elaborado o referido projeto de intervenção em uma ruína na cidade de São João del-Rei, Minas Gerais, tendo como referência sua inserção na paisagem. Foram realizados levantamentos históricos, documentais e atualizados cadastramentos métricos e fotográficos do objeto de estudo. Após análises desses dados foi realizado o mapeamento e diagnóstico de patologias presentes na ruína, seguido do exercício projetual embasado nos princípios de restauro e intervenção aqui discutidos.

Assim, apresentam-se a seguir um breve histórico do monumento, as discussões que permeiam as teorias que embasaram a intervenção, as diretrizes do processo projetual e a proposição espacial final, por meio de representação técnica e apresentação gráfica, visando aplicar a teoria discutida em intervenções que ao mesmo tempo valorizem o bem e despertem a importância da sua preservação na população local.

Quando a arquitetura se torna ruína: conceito

São muitas as visões possíveis relacionadas à ideia de ruína. Por essa razão, buscou-se aqui trabalhá-la considerando suas inter-relações na história e a formação de sua memória fragmentada. Segundo Ruskin (2008), “nós podemos viver sem ela [a arquitetura], e orar sem ela, mas não podemos rememorar sem ela”. E ainda, “quantas páginas de registros duvidosos não poderíamos nós dispensar, em troca de algumas pedras empilhadas umas sobre as outras” (RUSKIN, 2008, p. 54).

Ruskin (2008) ainda nos diz que a importância da preservação da arquitetura e de seu significado histórico reside no ponto de a obra poder chegar ao seu estado de ruína. A ruína carrega em si uma beleza que não pode ser comparada a nenhuma outra, tornando-se pitoresca, termo utilizado pelo autor para representar a grandeza do valor histórico e cultural nela presente. Ao mesmo tempo, Cesare Brandi (2004), teórico contemporâneo, enuncia a ruína não como uma mera realidade empírica, mas uma qualificação que compete a algo que deva ser pensado de modo simultâneo sob o ângulo da história e da conservação. Deve ser concebida não apenas e limitadamente na sua consistência presente, mas no seu passado, e com vistas ao futuro, para o qual deve ser assegurada como vestígio ou testemunho da obra humana e ponto de partida do ato de conservação.

A ruína é, pois, “tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele que se revestia antes” (BRANDI, 2004, p.65). Esse conceito está totalmente embasado em estudos de ações e intervenções em ruínas pelos interesses histórico e estético, considerando-as como o extremo da preservação da obra de arte. Para o autor, as intervenções em ruínas devem somente envolver a estabilização das estruturas e conservação de seu contexto.

As ruínas, de acordo com Pontes (2010) são bens que parecem se recusar a serem esquecidas, caracterizadas por reunir em um único espaço destruição e preservação. A autora também ressalta a posição de Walter Benjamin em seu livro *Origem do Drama Barroco Alemão*:

Para Benjamin, a ruína apresenta-se enquanto alegoria, sendo esta um espaço fragmentado e suscetível a variadas interpretações através dos resquícios – partes – que representam o que a mesma um dia foi, mas que, contudo, não o é mais. A alegoria da ruína é, assim, produzida pelo fragmentado, pelo incompleto do edifício que não existe mais. E, da lacuna, a ruína ganha múltiplos conceitos e visões, o que expõe sua confusão barroca. (PONTES, 2010, p.21)

Pontes (2010) coloca que as alegorias são no reino dos pensamentos o que são as ruínas no reino das coisas, pois, em meio à representação de uma edificação que não é mais o que originalmente foi, as ruínas oferecem um teatro caricato, de confusão e visões diferenciadas conforme o espectador, ou seja, uma multiplicidade de sentidos e interpretações. “Uma confusão que, curiosamente, possui nexos, pois uma realidade é formada, mesmo que advinda do despedaçado. Aliás, uma confusão que dá a beleza às ruínas, pela possibilidade de variadas interpretações” (PONTES, 2010, p.22).

De forma geral, podemos considerar a ruína como arquitetura fragmentada que representa a memória concretizada de parte da história e da cultura do local onde está inserida. Sua memória fragmentada promove poeticidade à medida que permite a imaginação e a interpretação das pessoas do que pode ou não ter sido aquele objeto arquitetônico. Diante de uma ruína, vemos o restante do passado sobrevivendo no tempo presente, relutando contra sua futura inexistência.

O estudo de ruínas deve advir da preocupação com a conservação da memória que se faz concreta, memória esta que, em São João del-Rei, não está resguardada pelas legislações dos órgãos patrimoniais da cidade e/ou pela população que na maioria das vezes não reconhece a importância da proteção de seu próprio patrimônio.

Princípios da Teoria Brandiana e sua aplicação

Sabemos que cada momento histórico preserva o que considera relevante para si. A preservação, portanto, se comporta como um processo seletivo. Entretanto, ao longo do tempo, a ideia do que deve ser preservado sofreu uma significativa ampliação, visto que uma geração não deve privar as gerações futuras de determinados padrões ou modelos que possam vir a ser considerados de importância histórico-cultural. Hoje, com os constantes estudos visando o alargamento da noção de patrimônio para bem cultural, os bens imateriais, assim como os materiais, transmitem conhecimento em vários campos do saber e assumem um papel memorial ligado à necessidade de permanência. A preservação, portanto, é um ato cultural e não se restringe a um bem arquitetônico isolado. Um bem cultural só mantém a sua integridade e sua totalidade quando resguarda todos os legados materiais, imateriais e naturais que demonstram a cultura que o construiu, como um ciclo completo de pensamento e de materialidade.

As recentes ampliações do que consideramos como bens culturais estão trazendo grandes desafios para o campo da restauração. Hoje, compreendemos o patrimônio como um conjunto de bens culturais ligados ao conhecimento e aos artefatos produzidos pelo homem que tem importância reconhecida em cada lugar, tempo, região ou país, de formas diferenciadas. Para Choay (2001), a tripla extensão – tipológica, cronológica e geográfica – dos bens patrimoniais é acompanhada pelo crescimento exponencial do público. Com isso, aumentaram também as constantes ameaças em relação às suas perdas, em contrapartida a um consenso cada vez maior em relação à sua preservação. Neste sentido, vemos grandes desafios em relação às diretrizes e metodologias para o enfrentamento das questões práticas que envolvem a sua permanência e garantia de sua transmissão às gerações futuras.

Neste sentido buscamos na Teoria da Restauração de Brandi (2004) uma metodologia para consolidar nossa proposta. Brandi escreveu sua teoria objetivando a interface entre as disciplinas de história, crítica, estética, teoria e prática do restauro, e consolidou, dentro de métodos científicos, o reconhecimento da peculiaridade do restauro em relação ao "produto especial da atividade humana que se dá o nome da obra de arte" (BRANDI, 2004, p.27).

A proposta de Brandi não foi criar uma regra fixa, mas construir princípios gerais e que podem nortear as intervenções e os meios, que são colocados de forma diferente em cada obra. As soluções a serem adotadas serão individuais, mas alicerçadas nos encaminhamentos gerais brandianos. O intuito é que o bem seja transmitido da melhor maneira para o futuro, sem ser falseado ou transfigurado, para que continue sendo fonte fiel do conhecimento e da memória coletiva. Assim, a intervenção deverá ser justificada sempre do ponto de vista das razões pelas quais se preserva.

Segundo Beatriz Kühl (2005), as escolhas operacionais deveriam ser justificadas à luz das razões e dos objetivos da preservação e feitas como consequência da análise dos princípios de intervenção em relação a cada um dos casos, pois toda obra tem uma configuração que lhe é própria, assim como seus materiais e seu particular transcurso ao longo do tempo.

Para Brandi (2004), toda a ação prática deve ser encaminhada por um princípio teórico de restauro. Portanto, deve-se ter rigor metodológico, construindo a análise da obra sobre os aspectos físicos, formais, e na sua história. Como aponta Beatriz Kühl (2005),

devemos entender as raízes que motivam a preservação de monumentos históricos para voltar a entender por que, para quem, o que e como preservá-los, preservando escrupulosamente seus aspectos documentais, sua configuração, sua materialidade, seu transcorrer ao longo do tempo, para que desse modo, continuem a serem documentos fidedignos, que possa transmitir o conhecimento de forma plena e não deformada, e para que sirvam como efetivos elementos de rememoração e suportes da memória coletiva. (KÜHL, 2005, p.10)

Assim, com base nos conceitos de Brandi (2004), a restauração hoje deve seguir os seguintes princípios essenciais:

- Distinguilidade: o processo de intervenção não propõe o passar do tempo como reversível. O que sobreviveu à história é o que deve ser mantido, não existe a possibilidade de voltar à edificação original uma vez que ela arruinou-se. Não se pode induzir os observadores ao engano; para isso, a própria ruína deve ser o documento de si própria, registrando o passar dos anos e os processos pelos quais passou até que chegasse a esse estado.

- Reversibilidade: o processo de intervenção em ruínas deve ser feito de forma a permitir uma posterior remoção da intervenção de modo a manter o bem original intacto em sua totalidade, destacando-se a obra em sua substância, intervindo de modo respeitoso e bem fundamentado conceitualmente.
- Mínima Intervenção: a intervenção não pode danificar o documento histórico nem a obra como imagem figurada, criando-se espaços cenográficos ou falsos, mas sim, valorizá-la tal como se apresenta atualmente, em todos os seus processos de arruinamento e degradação com o passar dos anos; a intervenção não pode ofuscar a ruína pré-existente, devendo-se consolidar-se como um pano de fundo da mesma.
- Compatibilidade de técnicas e materiais: deve-se levar em conta a consistência física do objeto para que a intervenção não o arruíne ainda mais, tratando-o com técnicas e materiais compatíveis e não nocivos.

Mais especificamente com relação à importância da preservação de ruínas como patrimônio histórico, a cada dia nos deparamos com diversas situações onde monumentos arruinados são deixados à mercê do esquecimento e, ao longo dos anos, acabam por perderem peculiaridades que os caracterizam como tais. A literatura sobre ruínas é vasta e apresenta diferentes visões relativas à sua conceituação. De fato, é necessário considerar as relações entre a historiografia e a construção da memória cultural diante de problemáticas como edificações em fase de escombros e a importância de sua preservação para a coletividade, deixando de lado a interpretação individual que o técnico pode ter, que, na maioria dos casos, muda o sentido do bem intervenido.

Para Ruskin (2008), a importância da preservação da arquitetura e de seu significado histórico reside, em grande parte, no fato de um monumento conseguir chegar ao seu estado de ruínas, carregando consigo uma beleza que não pode ser comparada a nenhuma outra, tornando-se “pitoresca”, termo utilizado pelo autor no sentido de algo distintamente gracioso.

Cesare Brandi trata das ruínas em conjunto com seus estudos sobre restauração. Segundo o autor, as ruínas também são vistas como uma representação do passado que não existe mais, em que “ruína será, pois, tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes” (BRANDI, 2004, p.65). É, então, o aspecto incompleto e fragmentado da ruína que a define. E por este motivo, a mesma pode contar com diversas leituras, uma vez que aquilo que falta pode ser imaginado, bem como sua trajetória até a composição enquanto ruína.

Além disso, numa visão romantizada, nos faz pensar sobre a própria fragilidade da vida, da memória, a precedência da morte, aliada à contraditória sobrevivência do bem – que mesmo em aspecto fragilizado, permanece e conota por si próprio a necessidade de preservação ante a iminência da sua destruição.

Brandi ainda explicita que a ruína é “testemunho do tempo humano e se constitui enquanto resquícios e o testemunho mutilado do monumento e que intrinsecamente conota ações de conservação que, por sua vez, envolvam nada mais que consolidação e conservação do contexto do monumento” (BRANDI, 2004, p.65). Para ele, a “restauração, para representar uma operação legítima, não deverá presumir nem o tempo como reversível, nem a abolição da história” (BRANDI, 2004, p.61). O tempo entre a construção da obra e seu presente devem ser respeitados, deste modo, já que é este que a define - enfatizando a importância do trajeto histórico do monumento.

Analisando a ruína tanto pela instância histórica como pela estética, Brandi (2004) ressalta a importância histórica da ruína, pelo próprio trajeto temporal que a mesma realizou e por isso a necessidade de valorização de tal aspecto nas ações de conservação. "De qualquer modo, a ruína também apresenta valor estético por ser um elemento caracterizador de seu espaço – tanto que isso faz com que a mesma torne-se válida e completa em seu estado atual" (BRANDI, 2004, p. 83).

O conceito de Brandi está totalmente embasado em estudos de ações de intervenções em ruínas pelos interesses histórico e estético, considerando-as como o extremo da preservação da obra de arte. Para o autor, as intervenções em ruínas devem somente envolver a estabilização das estruturas e conservação de seu contexto. Dessa forma, a ruína nunca deve ser restaurada ou reconstruída, mas sim consolidada.

De acordo com Ruskin (2008) a integridade das ruínas, como um conjunto formal e técnico-construtivo, destaca-se como o bem de maior valor que se poderia legar às novas gerações. Essa “herança” seria o mecanismo responsável por transferir ao espaço construído os sentimentos de pertencimento e apropriação de seus valores memoriais. Para o autor, as edificações deveriam ser obras de valor histórico em potencial. Desta forma deveriam causar tamanha admiração em seus “herdeiros” a ponto de virar referência cultural, independentemente de sua excepcionalidade como obra arquitetônica.

Ruskin (2008) compreende a idade como o principal atributo da edificação. À medida que permanece íntegra ao longo do tempo, a edificação adquire beleza ao sofrer os efeitos da pátina de passados 400 ou 500 anos, tornando essas qualidades temporais e acidentais

incompatíveis com os processos de restauração. As ruínas se tornam sublimes a partir dos estragos, das rachaduras, da vegetação crescente e das cores que o processo de envelhecimento confere aos materiais da construção. Elas são o testemunho da idade, do envelhecimento e da memória, podendo, assim, expressar a essência do monumento.

O culto às ruínas se exprime em todo o seu romantismo quando Ruskin (2008) propõe uma reflexão sobre o valor dos trabalhos de restauração sobre o antigo estado da edificação, acreditando que aquelas características remanescentes possuíam o encanto do mistério do que teriam sido e a dúvida do que teria se perdido. A partir disso, considera a restauração como "a mais total destruição que um edifício possa sofrer: uma destruição no fim da qual não resta nem ao menos um resto autêntico a ser recolhido, uma destruição acompanhada da falsa descrição da coisa que destruímos" (RUSKIN, 2008, p.42).

Para Ruskin (2008), é impossível restabelecer um monumento que foi grandioso e carregado de beleza, pois sua alma jamais poderia ser devolvida. Ele afirma que outra época dá à edificação outro espírito, transformando-a em outra obra. O autor considera, ainda, o restauro uma "necessidade destrutiva" e acredita que se preservássemos nossos edifícios tal restauração não se faria necessária. Esse processo resultaria em uma imitação da arquitetura passada, carregando em si uma réplica e um falso histórico, já que essa nova faceta pertenceria a uma nova época e tudo isso afetaria sua autenticidade, seus valores evocativos e poéticos.

Já para Ruskin (2008), algumas intervenções até são permitidas, porém, apenas para conservar a edificação. O autor aceita pequenas obras de consolidação. Quando as mesmas perdiam sua utilidade, ele conformava-se frente à "morte" certa e natural que toda edificação teria um dia. Assim, defende então a "morte" dos monumentos. Percebe-se com isso, um aspecto nostálgico em seu pensamento, o que corrobora o seu lado romântico, induzido-o à poesia e subjetividade na preservação dos monumentos históricos, chegando a tomar em alguns momentos, atitudes radicais em restaurações. Seu posicionamento é evidentemente contrário a intervenções, porém essa atitude acaba levar a cabo o que o próprio Ruskin defende, o valor memorial da arquitetura.

É notória a importância da preservação das edificações de épocas passadas, e também a importância de construirmos novas edificações visando sua permanência estendida, facilitando, assim, a preservação futura de nossa história atual. Pois como já notou Ruskin (2008) ainda no século XIX, estamos cada vez mais construindo apenas para nossa geração, quase em uma cultura do descartável e passageiro, esquecendo-nos do valor histórico que devemos transmitir aos que virão.

Estudo de caso: ruínas do Fortim dos Emboabas

Histórico e características

A ruína do Fortim dos Emboabas, apresentada na Figura 1, estudo de caso aqui apresentado, insere-se do conjunto de edificações consideradas fortificações da Guerra dos Emboabas, e está localizada no bairro Alto das Mercês (Figura 2), em São João del-Rei, uma das principais cidades históricas de Minas Gerais (Brasil), que teve seu conjunto arquitetônico e urbanístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1938. Entretanto, como o perímetro de tombamento da cidade só foi definido em 1947, constituindo-se nas áreas onde se localizam as igrejas, capelas, pontes e os passos da paixão, poucos foram os imóveis localizados fora desse perímetro a serem tombados individualmente ou municipalmente, como é o caso da área que compreende o Fortim dos Emboabas. As ruínas aqui analisadas não possuem qualquer tipo de proteção, apenas estão no entorno da edificação do Fortim que foi tombada pelo IPHAN.



Figura 1: Ruína do Fortim dos Emboabas, em primeiro plano. Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2016.

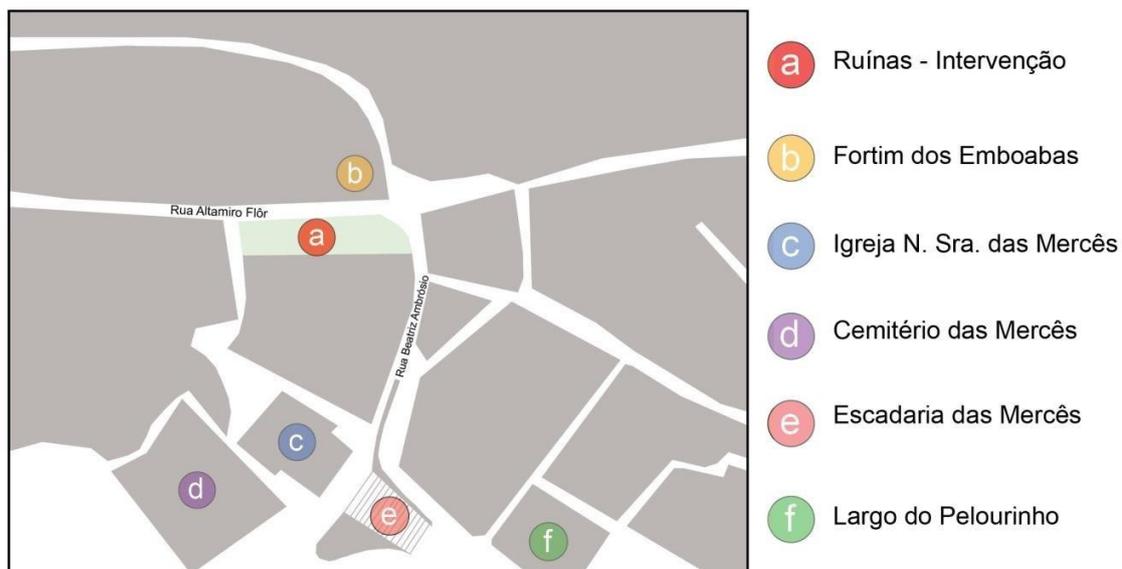


Figura 2: Mapa esquemático de localização do local de intervenção com as principais edificações de seu entorno imediato. Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Devido à sua localização no alto de uma colina e a proximidade com importantes edificações ou locais da cidade, tem-se a partir dali, uma vista privilegiada, principalmente de todo centro histórico, motivo o qual se atribui a essa região a existência de fortificações. Em decorrência da Guerra dos Emboabas, nasceram as narrativas da existência de uma ou várias Fortificações Emboabas em territórios pertencentes a São João del-Rei. Antonil (1982) relata a existência de um forte emboaba no Arraial do Rio das Mortes - uma das antigas nomeações de São João del-Rei -, que pode ter sido construído no período da guerra. Segundo ele:

Da segunda roça do senhor Bispo, fazem uma jornada pequena à Borda do Campo, à roça do coronel Domingos Rodrigues da Fonseca. Quem vai para o Rio das Mortes, passa desta roça à de Alberto Dias, daí à de Manuel de Araújo, que chamam de Ressaca, e desta à Ponta do Morro, que é arraial bastante, com muitas lavras, donde se tem tirado grande cópia de ouro, e aí está um fortim com trincheiras e fosso, que fizeram os emboabas no primeiro levantamento. Deste lugar se vai jantar ao arraial do rio das Mortes. (ANTONIL, 1982, p.79)

Porém, para alguns autores, a narrativa da construção de edificações como fortificações dos Emboabas constituem uma lenda urbana, ou um caso criado visando manter a história viva. A maior parte da população local reconhece a ruína em estudo apenas como um antigo “casarão” demolido, relatando que poderia ter servido como senzala, ou ter sido de fato utilizado como apoio para a extração do ouro, pois dentro de suas dependências ainda existem entradas para betas.

Como visadas principais, a partir da ruína, têm-se a antiga rua Direita, atual rua Getúlio Vargas, rua de extrema importância para o crescimento e ordenamento urbano de São João del-Rei, onde estão localizadas algumas das principais igrejas históricas da cidade: Igreja do Pilar, Igreja do Rosário e Igreja do Carmo. Uma das lendas contadas em São João del-Rei diz respeito a uma betas localizadas no terreno do Fortim, que teria como fim o porão de uma dessas igrejas. Impõe-se a partir da localidade um panorama de edificações de grande importância, sejam como patrimônio histórico ou como equipamentos públicos: o Hospital Nossa Senhora das Mercês, a Santa Casa de Misericórdia, o Colégio Nossa Senhora das Dores, a Estação Ferroviária, a Igreja de São Francisco de Assis, o Prédio da Prefeitura Municipal e o Campus Santo Antônio da Universidade Federal de São João del-Rei.

Pouco se sabe sobre a história da ruína ou mesmo da edificação. Apesar de estar em processo de tombamento municipal, não existe um levantamento histórico do que poderia ter havido ali. É perceptível, entretanto, uma clara intervenção provavelmente do século passado, a qual ocupa quase um terço da área da ruína. De acordo com um morador das proximidades, essa intervenção era uma casa em arquitetura vernacular, demolida ao final da década de 1990; já com relação à base da ruína, mais antiga, nenhum dado foi encontrado. Para uma afirmação mais sólida sobre sua origem seria necessário um estudo feito por profissionais específicos de diferentes áreas, como arqueólogos, historiadores e geógrafos.

Com relação à origem da edificação, até mesmo pelo seu processo de arruinamento, é fato não poder se afirmar nada a respeito por falta de dados documentais, devido aos documentos e/ou relatos históricos datarem de aproximadamente 50 anos após a guerra, e nenhum deles citarem de fato a localização do dito Fortim, e ainda incitarem a existência de várias fortificações Emboabas na região. Porém, é inegável a importância da edificação para a história da cidade, visto que ainda hoje encontramos nela vestígios de betas de extração de ouro - metal que ocasionou o surgimento da vila e depois da cidade - destacando sua vital importância para os Emboabas, que eram os responsáveis diretos pela extração do ouro em São João del-Rei.

O projeto de intervenção nas ruínas do Fortim dos Emboabas

O processo de construção de projetos em ruínas deve tratá-las como parte do campo disciplinar da Conservação e do Restauro, onde é tema recorrente na atuação projetual e assunto debatido por diversos teóricos em diferentes épocas. Brandi (2004) apresenta a análise da ruína a partir da ótica fenomenológica. Em sua teoria, a matéria original é o elemento principal a ser considerado em qualquer intervenção onde a reconstrução se torna

um falso histórico e falso estético, por tentar chegar a um aspecto de inteireza jamais atingido originalmente. O autor apresenta a questão da necessidade de respeito à ruína, tendo como principal objetivo prezar a autenticidade da obra, sem dizer que não podemos utilizá-la. Esta postura serve como referência projetual para as intervenções contemporâneas que mantêm a matéria original em ruína, somando a ela novas intervenções que conferem usabilidade aos edifícios, não se tornando tais intervenções apenas elementos que qualificam o paisagismo das áreas pelo estado em ruína que apresentam.

O projeto na ruína do Fortim dos Emboabas, área hoje pertencente à Universidade Federal de São João del-Rei, tem como proposta o atendimento de interesses da Universidade a fim de potencializar os aspectos culturais e sociais existentes na cidade. Com o objetivo de manter as oficinas cerâmicas e o Museu do Barro no local, propõe-se a criação de um espaço de arte e ofício. Edifica-se um objeto arquitetônico com a intenção de propiciar a construção dos fornos para a queima dos objetos de barro produzidos, com infraestrutura de banheiros e depósitos. Propõe-se também, um espaço de lazer na ruína, e que pode ser utilizado como local de exposição e venda de objetos. O projeto transformará a área atualmente inutilizada em um parque urbano em prol da população.

A intenção é ocupar o espaço apropriando-se da ruína existente e atender aos interesses dos moradores e da Universidade. Para isso, faz-se necessária a declaração do terreno da ruína como área de interesse público. Atualmente, o espaço está à venda com declínio no valor monetário. Portanto, tendo em vista os diversos interesses fica clara a pertinência do projeto e a melhoria a ser promovida por ele tanto na esfera social, quanto educacional e turística.

Um projeto de intervenção e restauração deve ter como base critérios apoiados em teorias que nos ofereçam segurança no encaminhamento e nas decisões técnicas necessárias. Sendo assim, entende-se que qualquer intervenção em arquitetura deve ser guiada por uma discussão crítica e as ações, devem ser respaldadas por fundamentos teóricos coerentes, com vistas à preservação do monumento. Frente a esses conceitos, os critérios para a intervenção nas ruínas foram definidos principalmente por meio de um levantamento cadastral completo, que ofereceu o suporte técnico necessário com relação aos níveis e reais medidas do estado atual do imóvel, além dos materiais presentes. A partir disso, trabalhou-se intensamente com o desenho de croquis para estudos de volumetrias, fluxos, acessos, visadas e diversos outros fatores que muito influenciaram no resultado final do processo projetual.

Partiu-se da premissa que se deve conhecer a história do monumento, assim como suas técnicas construtivas e materiais antes de qualquer intervenção. Sendo assim, a opção pelos croquis serviu de grande auxílio para que as intervenções propostas não ferissem a antiga construção. Foram levadas em consideração as técnicas e materiais construtivos atuais de maneira que todas as modificações apresentem-se facilmente para que seja evidente cada elemento novo incorporado ao conjunto de ruínas.

A partir dos croquis, partiu-se para a etapa de construção da maquete eletrônica em que se pôde fazer um estudo da volumetria dos objetos com respeito à composição arquitetônica existente. As intervenções foram propostas de forma a não prejudicar a leitura do conjunto pré-existente, tanto no que se refere à planta baixa, quanto nas elevações, como mostra a Figura 3. O novo programa respeitou os espaços existentes, adaptando os novos usos à antiga ruína. A última etapa consistiu na representação técnica em diferentes escalas da proposição final da intervenção, com destaque à Figura 4, que mostra em um corte esquemático o desnível do terreno e a adaptação da intervenção ao espaço, tornando-o um mirante para contemplação da paisagem da área central da cidade.



Figura 3: Maquete eletrônica com perspectiva geral do projeto para as ruínas, acompanhando o terreno. Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

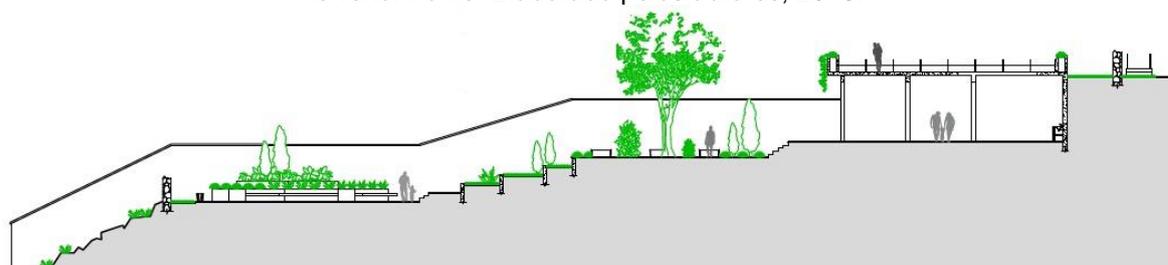


Figura 4: Corte esquemático do projeto de intervenção nas ruínas. Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Considerações

Ao se intervir em sítios históricos muitas vezes os arquitetos, ao se depararem com ruínas, realizam intervenções que as danificam e as deterioram, geralmente pela pouca compreensão de seu significado e da sua representatividade. As ruínas fazem parte da paisagem cultural das cidades, sendo testemunhas do tempo e patrimônio cultural da população. Por meio delas é possível ter o entendimento e a perspectiva de vários aspectos da arquitetura e do urbanismo.

A proposta de intervenção na ruína do Fortim dos Emboabas promove a transformação da ruína em um espaço de lazer, entretenimento e cultura para moradores e turistas, visando potencializar as vistas, ambiência e conseqüentemente a memória do lugar. Por meio do projeto torna-se possível discutir e colocar em prática a intervenção vinculada à paisagem e ao patrimônio edificado da cidade de São João del-Rei, a fim de concretizar a memória da ruína que tanto contribui na caracterização da paisagem local e na história de formação da cidade. O objetivo é promover a valorização das ruínas por meio de intervenção embasada em discussões de teóricos contemporâneos, integrando teoria e prática, e despertando na população a importância da valorização de seu patrimônio.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio na concessão de bolsa de mestrado.

Referências

BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. Tradução Beatriz Mugayar Kül. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

RUSKIN, Jonh. A lâmpada da memória. Tradução Maria Lúcia Bressan Pinheiro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2001.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Ética e responsabilidade social na preservação do patrimônio cultural. In: Revista CPC, São Paulo, v. 1., n.1, p.16-40, 2005.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Qutremère de Quincy e os verbetes Restauração, Restaurar, Restituição e Ruínas da sua enciclopédia méthidique. In: Rotunda. n.2, 2005, p.100-106. Disponível em <www.iar.unicamp.br>. Acesso em 30 maio 2017.

ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. 3. ed. Belo Horizonte, Itatiaia/Edusp, 1982.

PONTES, Ana Maria de Lira. Entre Fragmentos: os ditos e não ditos das ruínas patrimoniais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010. 181p.